



TEMPORALIDADES E ESPACIALIDADES DO COMUM: UM ESTUDO DE PRÁTICAS EM SÃO PAULO

LINHARES, Mirna Sousa; mirmalinhares@usp.br; IAU-USP

1 Introdução

O comum, é um conceito que tem sido amplamente utilizado nos campos político, econômico e social, e que recebe diversas denominações e traduções como *the common*, *commons*, *commoning*, *procomún*, comum, bem comum. É visto como recurso, teoria política, prática social, forma de governar, dentre outras conceituações. Essa imprecisão terminológica é uma consequência de vários fatores relacionados ao significado histórico do termo *commons* e como ele passou por diferentes variações, desde meados do século XX, quando colocado por Garret Hardin no artigo *Tragedy of the commons* (HARDIN, 1968). O debate sobre o comum envolve complexas variantes na ciência da origem e na investigação teórica, bem como possui aplicação em inúmeras disciplinas (como antropologia, ciências ambientais, direito, geografia e economia, dentre outras) além de incorporar variações conceituais em cada uma delas. De toda forma, apesar das transformações, as definições polissêmicas são atribuídas por diversos autores ao discutir recursos coletivos, práticas sociais compartilhadas e se inserir na composição das resistências urbanas da produção social contemporânea.

Percebe-se, contanto, que a maior parte da bibliografia que discute o comum busca relacioná-lo aos modelos arcaicos de organização da sociedade e de gestão de terras. Do inglês, *commons* eram terras inglesas utilizadas conjuntamente pelos moradores de uma região nas quais desfrutavam do acesso e compartilhavam direitos e deveres sobre aquele pasto/recurso. Já quanto à conotação da gestão de recursos naturais - como água, campos, frutos da terra e da pesca ou das relações sociais, como conhecimento, costumes e linguagem - o comum pode ser atribuído aos recursos essenciais para sobrevivência humana. O que nos faz viajar para modos de vida europeus anteriores ao modo de produção da propriedade privada.

Durante um longo período, os estudos do comum ficaram esquecidos e ainda não possuía um teor de movimento pautado em valores ético comunitários. O ressurgimento dessas investigações no meio acadêmico foi possível devido aos estudos de Elinor Ostrom nos anos 90, que quebrou com a dualidade de livre acesso aos bens comuns versus esgotamento desses recursos apontada por Garrett Hardin (1968) que perdurou como única possibilidade ao controle dos recursos compartilhados. Ostrom (1990) catalogou formas de vivência em sociedades que se mantêm há séculos em diferentes partes do mundo que são capazes de prosperar deliberando conflitos de interesse e

respeitando o semelhante, sem necessariamente depender de trocas monetárias do mercado e da governança de autoridades do estado.

Paralelamente aos estudos de Ostrom, o movimento altermundialista em meados da década de 1990 joga luz na temática do comum quanto a questões de resistência ao capitalismo global vigente, travando embates contra a acumulação primitiva e mostrando demandas dos povos indígenas no sul global. Segundo Dyer-Witheford (2020, p. 172), “ao colocar a ideia do comum no centro de sua análise, o alter-globalismo gerou espaço para o pensamento crítico no terreno pouco propício criado pelo colapso do socialismo e a ascensão do neoliberalismo”. Nota-se que longe de um conceito “pronto”, o comum tem raízes nos sistemas de convivências passados, mas também nas buscas por soluções do mundo presente, é uma reação ao capitalismo como única alternativa, também ao surgimento de diversas formas de expropriação, como comoditização, patentes, privatização, bem como a crise climática global.

Dardot e Laval (2017) explicam possíveis atribuições advindas de variados pontos de vistas: de propriedade, na Idade Média, os *commons* eram bens que o homem não podia vender nem modificar, apenas usá-los para sua subsistência, caracterizando-os, por sua natureza, de bens não-apropriáveis; do ponto de vista político, eram bens diretamente geridos pelas comunidades; da perspectiva econômica, eram aquelas instituições que operavam através da relação de reciprocidade, nas quais os bens eram trocados por necessidade e não por fins lucrativos. No entanto, o que se percebe na maior parte da literatura são definições eurocêntricas para uma prática bastante utilizada em diversas sociedades, inclusive as que habitavam as Américas antes da colonização.

Dessa forma, essa pesquisa foi movida pelo anseio de caracterizar as insurgências dos discursos e vivências do comum em uma perspectiva decolonial, tendo em vista que os conflitos existentes no Sul Global estão contidos nas problemáticas globais, mas encontram especificidades do nosso território. Compreender o comum no espectro brasileiro e sob a lente ampla da América Latina é fundamental para a difusão desse movimento e pode levar à conscientização da necessidade de participação e ação coletiva para proteger e sustentar recursos valiosos compartilhados que estão em ameaça e são constantemente incorporados pelo mercado no sistema neoliberal.

Pondo em linha gerais o comum é o conjunto práticas e bens que são reciprocamente mandatários na sociedade. Ao definir o comum dessa forma, é possível compreender que existe uma infinidade de meios que se encaixam nesses parâmetros, como a fauna, a flora, a educação, o direito de ir e vir, moradia, alimentação e assim por diante. No entanto, o comum não se limita a classificação de bens, ele se transfigura ao status de práticas sociais do fazer-comum. Assim, há algumas décadas esse campo se propaga como um amplo espectro de discussão conceitual para alternativas contemporâneas à extorsão das minorias exploradas pelo capital.

Foi a fim de apontar caminhos com diferentes possibilidades de futuro para as lutas urbanas que investigar o comum e buscar por práticas do fazer-comum se mostrou pertinente para este trabalho. Acredita-se que a relevância acadêmica e social da pesquisa está em contribuir para a ampliação de estudos sobre o comum no contexto brasileiro e paulista, bem como ressaltar as práticas do comum que resistem à reprodução dos modos de acumulação do capital, por meio da coabitação e da vivência em coletividade, corroborando como subsídio para melhores leituras desse conceito

através daqueles que o vivenciam. Partimos, dessa forma, do seguinte questionamento: como se caracteriza o comum na realidade brasileira e quais contribuições podem trazer para expansão do comum (recurso/ teoria política/ prática social/ forma de governar) no cenário nacional?

2 Objetivos

Diante da multiplicidade de distinções conceituais, da vasta gama de abordagens e debates políticos contemporâneos que vestem a roupagem do comum, compreende-se que existem diferentes definições dissertadas em diversos campos de estudos, mas que ainda carecem de sistematização voltada para realidade do sul global. Para que se possa ter maior compreensão das suas envergaduras e que sejam possibilitadas melhores análises das suas implicações, esta pesquisa se propõe a construir um panorama teórico, elucidado por uma gama de práticas do fazer-comum que abrangem a realidade Brasileira/Paulista, na qual se inclui as práticas autodenominadas e as não diretamente relacionadas ao termo, porém condizentes a ele. Como objetivos específicos:

- Mapear abordagens, autores e práticas, para evidenciar as tensões e translações do comum;
- Analisar em que medida os agenciamentos espaciais e sociais que acionam o comum estão presentes na perspectiva decolonial;
- Selecionar e explorar práticas do fazer-comum na realidade paulista a fim identificar as nuances que surgem na reprodução do discurso à concretização da prática.

3 Abordagem da pesquisa

Utilizando-se do método de revisão bibliográfica e de estudo de caso como uma chave de leitura que dá visibilidade às múltiplas questões de disputa do espaço, a pesquisa se guiará por meio de um mapeamento do comum, que traz três categorias – Relacionamento, Conhecimento e Luta – estas, serão esmiuçadas a partir do pensamento dos autores com o intuito de prover uma leitura que relacione a teoria e a prática categorizando e interseccionando cada uma. Métodos e técnicas como: realização de entrevistas, pesquisa de campo e documental serão parte fundamental da análise mais aprofundada de práticas do fazer-Comum. Dentre as práticas que serão abordadas, estão as seguintes: Movimento Parque Augusta, Quilombo Casa Amarela, Ocupação 9 de Julho, Paraisópolis, com destaque para a Plataforma Aberta de Ciência e Participação – COLAB. De tais relações, serão extraídas as bases para uma reflexão sobre essa mobilização pela consecução do comum na cidade, identificando-se, por meio dessa apropriação, se o discurso do comum tem consistência para se manter, expandir e continuar perpetuando, no contexto de luta urbana do sul global.

4 Resultados e discussões

A pesquisa foi dividida em duas partes e espera-se cumprir com os seguintes resultados: na primeira faz-se um adensamento de repertório por meio do mapeamento de abordagens e autores recorrentes na literatura por meio de uma revisão bibliográfica para o aporte teórico das práticas do comum categorizando e interseccionando cada

uma; lança luz nos usos híbridos do comum, que ao mesclar diferentes posicionamentos causa estranhamento por ser uma temática em constante mutação e alteração. Na segunda parte, desdobrará atores e práticas, onde terá o foco voltado ao contexto latino americano, trazendo à tona uma perspectiva decolonial correlacionada com práticas do fazer-comum; o estudo parte do entendimento que esse território é potencialmente o lugar de desenvolvimento do comum; abordará os arranjos comunitários em três estágios advindos da coibição da cultura indígena, da negação dos costumes afrodescendentes e da exploração da classe trabalhadora no território.

Diferentes áreas foram identificadas, diversos estudiosos se posicionam com abordagens relacionadas aos recursos como ar, água, conhecimento, comida e, outra parte, no sentido de terra comum de um espaço protegido do capital. Dessa forma, a visão do comum denota um bem no qual os cidadãos compartilham direitos de gozo descolado da propriedade privada. Portanto, a questão do comum, trata-se de reconstituir um “bem comum” que já se perdeu no imaginário das pessoas, de congregar esforços ao paradigma convencional do público/privado e, aos poucos, descobrir um espaço que não seja redutível a nenhum deles.

Revela-se, portanto, a possibilidade que as práticas do fazer-comum oferecem na reapropriação da cidade, por meio do compartilhamento do espaço, cuidados que advêm de esforços coletivos e que desvelam valores e regras sociais diferentes das que imperam atualmente. Em meio a uma pandemia provocada pela Covid-19, é possível refletir sobre a importância da disseminação do comum. Apesar dessas ações coletivas não receberem tal denominação conceitual, as práticas do fazer-comum estão se multiplicando no mundo. Ações autogestionadas que não tem por fim o lucro estão agindo em setores da saúde, tecnologia, assistência social, entre outros e estão redescobrimdo o propósito de agir em conjunto, entendendo o impacto de ações coletivas na sociedade. Ressalta-se que a pandemia também trará novas contribuições para o campo conceitual do Comum, tendo em vista o papel fundamental que o Estado tem desempenhado para garantir direitos básicos que põe em prova a sobrevivência e a ordem social. O Comum, como aprendiz dessas condições poderá entrar como cúmplice essencial para o bom funcionamento das cidades em governança do Estado.

5 Referências

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: Ensaio Sobre a revolução no Século XXI**. on-line ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. v. 1.

DYER-WITHEFORD, Nick. The state of the commons: commoners, populists, and communards. **Popular Communication**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 1–15, 2020. DOI: 10.1080/15405702.2020.1781859. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/15405702.2020.1781859>.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. **Science**, [S. l.], v. 162, n. 3859, p. 1243–1248, 1968.

OSTROM, Elinor. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Canto ed. New York: Cambridge University Press, 1990. v. 29

AGRADECIMENTO: A FAPESP, pelo apoio financeiro para a concretização desta pesquisa. Processo FAPESP: 2019/19127-7.